

MERCADO DA AGRICULTURA FAMILIAR DE IVAIPORÃ: COMPRAS PÚBLICAS E PRIVADAS

Cyro Fernandes Corrêa Júnior

Especialista em Sociologia pela Universidade Estadual de Londrina, Analista de Reforma e Desenvolvimento Agrário e Superintendente Substituto do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA do Paraná, cyro.junior@cta.incra.gov.br

Resumo: A vida humana na contemporaneidade tem como uma de suas marcas mais evidentes uma complexa lógica de urbanização capitalista que concentra massas populacionais, separadas da natureza e da terra, completamente alienadas e dependentes do processo de produção do alimento que consomem. Todavia, as sociedades podem proteger-se da vulnerabilidade nutricional através de estratégias coletivas de segurança alimentar. O Brasil, com um histórico de convívio secular com a fome, iniciou o século XXI procurando desenvolver estratégias de soberania alimentar. Todavia, dadas suas dimensões continentais e sua assimetria social, a estratégia de segurança alimentar, a despeito de ser regulada por legislação federal, exige sub estratégias focadas no desenvolvimento local. Sobre essas premissas é que se desenha esta análise, que se detém sobre três momentos. Primeiro, entra por uma descrição das políticas de compras públicas de produtos da agricultura familiar atreladas à segurança e reeducação alimentar em entidades assistenciais e educacionais. Segundo, incursiona por influências exercidas na constituição de tais políticas públicas. Terceiro, chega à concreta experiência do Mercado da Agricultura Familiar de Ivaiporã. A necessidade de fazer funcionar adequadamente o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE naquele município, objetivamente a necessidade de uma central logística de distribuição dos produtos adquiridos pelos programas, fez surgir o “Mercado”, que ainda tornar-se-ia estratégia eficaz de venda direta de produtos da agricultura familiar a consumidores finais. Assim, o funcionamento do Mercado, serve como objeto de nossa análise e proposta de pesquisa, de extensão técnica, econômica e social, pois responde a uma das maiores angústias do agricultor familiar, que é a comercialização da produção. Cumprido o objetivo de revelar o Mercado como instrumento logístico adequado para fazer funcionar as políticas públicas de

aquisição de alimentos, aliado ao empoderamento de agricultores familiares que inserem-se de forma associativa no comércio local, eliminando atravessadores, aumentando a renda do trabalho, incrementando e diversificando a produção, restou a possibilidade de fazer reflexões sobre temas e dilemas, como: agroecologia, desenvolvimento local e sustentável, segurança e soberania alimentar, políticas públicas e mercado, planificação e livre iniciativa econômica.

Palavras-chave: segurança alimentar, políticas públicas, mercado.

Introdução

Desde a expulsão de Adão e Eva do Paraíso e o castigo dado ao homem de que o seu pão de cada dia exigiria o suor de seu próprio rosto¹, passa a desenvolver-se uma alienação alimentar, tanto mais complexa quanto mais avançava a divisão do trabalho. Em termos históricos, fruto do conhecimento sobre o cultivo de plantas e a domesticação de animais descoberto inicialmente pelas mulheres, a espécie humana foi se libertando paulatinamente das agruras da vida nômade e foi se sedentarizando, urbanizando os espaços de vida cotidiana, acumulando forças produtivas e cultura, dominando as relações com a natureza e em especial com a “mãe terra”. Reside aí o pecado original das desigualdades sociais classificáveis. A revolução empreendida pelos povos pastores e agricultores, subordinava o outro, senão pelo feitiço do progresso material, pela força da pedra, do bronze e do ferro. A lei do mais forte demarcou a terra como propriedade, de indivíduos, de famílias, de classes, de reinos e de impérios. Desde a antiguidade, sinteticamente ilustrada pelos modos de produção asiático ou escravista, passando pela moderna “libertação” dos servos do jugo feudal, bem como nas contemporâneas relações sociais capitalistas que cercam a produção de alimentos, a propriedade da terra sempre foi determinante para os modos de produção sociais dominantes e suas conseqüentes formas de Estado. Nesse mesmo sentido, as revoluções tecnológicas pelas quais passou a agricultura ao longo dos tempos, sempre foram causa e consequência de grandes transformações das estruturas

¹ Mito criacional da tradição religiosa judaico-cristã. (Gênesis 3, 19-24, Bíblia Sagrada. Traduzida em português por João Ferreira de Almeida. Revista e Corrigida. Ed. 1995. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2004, 1564 p.)

sociais. Observada a lógica do *panis et circenses*² onde se tentou governar com mais circo, a luta por mais pão se impôs pela fome.

Na contemporaneidade capitalista, a produção do alimento atende majoritariamente à reprodução dos grandes contingentes urbanos, em especial o proletariado, a classe daqueles que nada possuem de meios de produção senão sua força de trabalho, obrigando-se a vendê-la para atender suas necessidades e de sua prole. Vivendo em reduzidos lotes urbanos estão completamente alienados da terra, dependendo diretamente de quem a cultiva para atender as necessidades elementares de nutrição.

Em termos assim, abstratos, sugerir-se-ia que os habitantes das cidades estariam sob o domínio camponês. Todavia, como o Estado capitalista tem preponderância comercial, industrial e financista, a agricultura funciona como linha auxiliar e subordinada. Como a determinação da indústria se impõe de forma sistêmica, a agricultura a ela é submetida, organizando-se segundo preceitos da produção em série, em escala, uso intensivo da técnica e para a acumulação de capital.

Petersen (2013, p. 71-73) preocupa-se em apontar que o paradigma da modernização agrícola derivado da Segunda Revolução Agrícola, foi uma intervenção planejada que legitimou-se através de poderosa ofensiva ideológica que foi capaz de associar a teoria econômica ortodoxa com um paradigma científico-tecnológico centrado no binômio aumento de escala e intensificação da produção. Nessa perspectiva, os Estados passaram a adotar regras implícitas que procurassem retirar do caminho tudo que fosse *tradicional* em favor do avanço da modernização agrícola e de seus protagonistas patrocinados na sociedade rural. Esse processo foi construído dentro da institucionalidade e muitas vezes pela força.

No Brasil, com suas dimensões continentais e sua diversidade regional e sócio-cultural, a modernização agrícola desenvolveu-se como um turbilhão que expulsou do

² Frase das Sátiras de Juvenal, alusiva a política romana do provimento de comida e diversão ao povo com objetivo de diminuir a insatisfação popular contra os governantes. O custo desta política foi enorme, causando elevação de impostos e sufocando a economia do Império. (Potter, D. e Mattingly, D. Life, Death, and Entertainment in the Roman Empire. Ann Arbor, 1999. apud pt.wikipedia.org/wiki/Panem_et_circenses)

campo o *modus vivendi* do Jeca Tatu³ para fazer brotar a cultura rural dos *agrobóys*.

Mas essa mudança cultural não se deu apenas no campo da produção rural. As mudanças da modernização agrícola estavam intrinsecamente ligadas a mudanças processadas no *modus vivendi* das massas urbanas e sua acomodação no rápido e desordenado processo de urbanização brasileira⁴.

Darolt (2013) trata da evolução dos hábitos alimentares urbanos e sua implicação reversa nas atividades laborais dos agricultores:

começaram a trabalhar prioritariamente para abastecer as grandes redes agroindustriais. Paralelamente, a concentração da população nas cidades e o êxodo rural criaram um distanciamento entre a cidade e o campo. O comércio massivo para grande distribuição, aliado ao hábito de comer fora de casa num estilo de vida considerado “moderno”, criou um modelo de produção-distribuição-consumo concentrado em circuitos longos, afastando cada vez mais produtores e consumidores (DAROLT, 2013, p. 139).

Essas mudanças na produção e no consumo de alimentos alteraram também a logística de distribuição e abastecimento. A agroindustrialização alimentar e a produção de alimentos pré-prontos, congelados, possibilitada pela modernização dos meios de transporte e de conservação de alimentos, com caminhões e containers refrigerados e rápidos, alteraram estruturalmente a distribuição dos produtos alimentares fazendo surgir as grandes centrais de abastecimento (DAROLT, 2013, p. 139).

Essa lógica da industrialização, da acumulação e da padronização foi empurrando os pequenos agricultores para o êxodo rural, impedidos que estavam de competir com grandes produtores e importações em larga escala. Darolt, cita o relatório do IAASTAD de 2008 que denuncia a diminuição da produção de alimentos e da diversidade alimentar para os mercados internos de muitos países, em função da volatilidade de preços (DAROLT, 2013, p. 141).

São justamente os sinais de saturação do paradigma da modernização agrícola que

³ Personagem criado por Monteiro Lobato em sua obra *Urupês*, que contém 14 histórias baseadas no trabalhador rural paulista. Simboliza a situação do caboclo brasileiro, abandonado pelos poderes públicos às doenças, seu atraso e à indigência (pt.wikipedia.org/wiki/Jeca_Tatu).

⁴ O índice de urbanização no Brasil saltou entre de 36,2% em 1950 para 81,2% em 2000. (Estatísticas Históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1950 a 1988. 2ª. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1990, p. 36-7; Anuário estatístico do Brasil 2001, Rio de Janeiro: IBGE, 2001, p. 2-14 e 2-15).

abriram o debate para novas proposições de desenvolvimento local que buscam ir além de fatores técnico-produtivos, econômicos e ambientais, incorporando reflexões éticas, sociais e culturais.

Princípios como autonomia, solidariedade, segurança alimentar, justiça social, respeito à cultura e tradição locais podem ser incorporados nas relações entre produção e consumo. Os circuitos curtos de comercialização são iniciativas que buscam retomar o contrato entre produtores e consumidores (DAROLT, 2013, p. 164).

Nestes termos históricos e teóricos é que se contextualiza a insurgência de uma luta pela afirmação destes novos valores. Se no princípio era o verbo, começam a proliferar ações de protesto, organização e desenvolvimento de novas práticas no meio rural sob a bandeira e os argumentos da agroecologia. Estes movimentos influenciam e são influenciados por movimentos urbanos pela ecologia e pela segurança alimentar.

Segurança Alimentar

A espécie humana tem na fome uma patologia social perversa. Imagens televisivas de grandes contingentes de esqueléticos e raquíticos no continente africano sendo ceifados pela fome marcaram a geração da virada chegada do terceiro milênio.

O Brasil, que tem uma das maiores desigualdades sociais do planeta e que convive com a fome desde suas origens coloniais, passando por quatro quintos de sua história de escravidão, também exibiu por muito tempo no “Fantástico”⁵ o drama da fome, em especial na região do semiárido nordestino.

Os anos de grande migração interna no Brasil derivadas justamente da modernização agrícola e do processo desordenado de urbanização disseminou a fome por todo o território nacional. Nas cidades, a fome batia à porta. No campo, mesmo em regiões de terras férteis a fome brotava da dispensa de colônias inteiras de arrendatários, ou das aviltantes condições de trabalho e remuneração dos “boias-frias”⁶.

⁵ A citação do programa que há anos é exibido nas noites de domingo, tem caráter apenas ilustrativo do domínio da Rede Globo de Televisão no mercado midiático, ainda que cada vez mais afetado pela concorrência. A fome no nordeste foi amplamente abordada pela imprensa em geral, no cinema, na música, no teatro, na ciência e na educação básica.

⁶ A música “Prá não dizer que não falei das flores” de Geraldo Vandré já se tornara um hino de protestos e pela redemocratização do país em finais de 1960. Versava: “Pelos campos a fome, em grandes plantações”.

Este quadro geral problematizou a fome, tanto para a academia, quanto para o censo comum. Com isso, estava dada alguma ressonância para iniciativas de luta contra a fome.

“A volta do irmão do Henfil”⁷

Os movimentos sociais e políticos contra o autoritarismo da ditadura militar e pela redemocratização do Brasil fizeram surgir novas organizações sociais no país, tanto na cidade, quanto no campo. Partidos políticos, sindicatos e centrais sindicais, entidades ambientalistas, associações de bairro, são alguns exemplos de um fervilhar de organizações não governamentais que passaram a protagonizar lutas reivindicatórias para as mais diversas demandas econômicas, sociais, ambientais e políticas.

No campo, surgiram iniciativas de oposições às direções sindicais que durante o período militar sobreviveram tanto quanto se subordinaram ao regime autoritário. Buscando as origens de uma organização da agricultura familiar no Brasil meridional, Braundenburg e Picolotto (2013, p. 111) destacaram as ações da Comissão Pastoral da Terra – CPT e de um conjunto de ONGs que formaram a Rede de Tecnologias Alternativas/Sul – Rede TA/Sul com organizações dos três estados do sul do país. No Paraná, a Fundação para o Desenvolvimento Econômico Rural da Região Centro-Oeste do Paraná (RURECO) e a Associação de Estudos Orientação e Assistência Rural (ASSESSOAR), embora tenham uma localização geográfica no centro-oeste e no sudoeste do estado, influenciaram significativamente não apenas o fortalecimento de um novo sindicalismo para a agricultura familiar, mas inúmeras outras organizações como o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST, Cooperativa de Crédito Solidário – CREŞOL e várias outras, que iriam posteriormente influenciar outras regiões do estado do Paraná como o Vale do Ivaí e Ivaiporã.

Na cidade, movimentos surgidos a partir das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, dos meios acadêmicos engajados e dos remanescentes da luta clandestina contra a ditadura militar, bem como de um novo sindicalismo emergido principalmente a partir do ABC paulista, dão voz a demandas diversas da vida social urbana brasileira. Neste cenário de avanço das liberdades democráticas e de ressurgimento do pluripartidarismo, de partidos

⁷ A música de João Bosco e Aldir Blanc, cantada por muitos interpretes e em especial na voz de Elis Regina, abordava metaforicamente as lutas contra a ditadura militar no Brasil e em alusão à Anistia tratava da volta do exílio do sociólogo Herbert de Souza, irmão do memorável cartunista Henfil.

de esquerda e principalmente da insurgência do Partido dos Trabalhadores amplificaram-se e foram levadas para dentro das instituições, as lutas das classes subalternas por melhoria da qualidade de vida, traduzida em direitos individuais e coletivos, tendo como marco maior os embates da Constituinte e a promulgação da “Constituição Cidadã” de 1988.

Esta luta foi personificada na figura do retirante nordestino, operário, dirigente sindical e líder partidário Luiz Inácio Lula da Silva. Deputado Constituinte, candidato a Presidência da República nos anos de 1989, 1994, 1998 e 2002 quando enfim chegou ao Palácio do Planalto, Lula em seu discurso de posse, enfatizou sua obsessão por acabar com a fome no Brasil, com políticas que garantissem três refeições diárias a todos os brasileiros. Assim, o Programa Fome Zero tornou-se o principal desafio de apelo social do governo que tinha como marca publicitária o bordão Brasil Para Todos.

O Fome Zero era um programa “guarda-chuva” que abrigaria vários outros programas como Restaurante Popular, Banco de Alimentos, Aquisição de Alimentos. Dado o caráter democrático e participativo do governo, bem como a formação do governo com quadros egressos das lutas democráticas, pessoas que se formaram nos sindicatos, associações e nas mais diversas organizações onde se gestavam propostas de superação de velhos dilemas, dentre eles os modelos da modernização agrícola ou da assistência social das primeiras-damas, estas políticas públicas desenvolvidas a partir do Fome Zero traduzem uma construção histórica qualificada, de experiências, fracassos e acertos na engenharia social do desenvolvimento local e sustentável.

Neste sentido, é memorável o engajamento do sociólogo Herbert de Souza, o irmão do Henfil, que nos idos de 1990 desafiou a sociedade civil brasileira a formar os “Comitês de Combate à Fome, Pela Cidadania e a Vida”, com soluções locais e criativas que pudessem ser eficazes na erradicação da fome.

Desenvolveu-se certa consciência de que era necessário superar o problema da fome no Brasil. Isso encorajou os movimentos sociais ligados à agricultura familiar, produtora da ampla maioria dos alimentos consumidos no país. É desse período por exemplo, um imenso avanço das ocupações de terras por reforma agrária e a conquista do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF pelos Gritos da Terra promovidos anualmente pelo movimento sindical dos agricultores familiares.

Mas quando esses atores sociais chegam ao governo e passam a fazer de suas lutas, políticas públicas, as mudanças se dão forma acelerada. O PRONAF por exemplo, saltou de 4,2 bilhões de reais no ano-safra 2002/2003 para 21 bilhões em 2013/2014 em aporte de oferta de crédito subsidiado à agricultura familiar. Na ampliação do crédito, o programa foi também diversificado com modalidades sensíveis a demandas específicas, como os Pronafs Agroecologia, Mulher, Eco, Agroindústria, Semiárido, Jovem, Floresta.

Ainda para reconhecer o caráter transformador do Governo Lula para o setor, vale lembrar que já em seu início, apartou do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Se por um lado abdicou-se do desafio de transformar todo o modelo agrícola do país, ao menos se criou um espaço onde pudessem ser gestadas e executadas as políticas públicas para a agricultura familiar e para a reforma agrária, sem a reação previsível do agronegócio, ancorado no poder político da bancada ruralista no Congresso Nacional.

Mas para o interesse deste artigo, outras políticas públicas implementadas pelo MDA, especificamente aquelas dirigidas à constituição de mercados institucionais para produtos da agricultura familiar, merecem destaque: Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

Desde o início do Governo Lula, em 2003, um novo tema ganhou espaço na agenda das políticas públicas de desenvolvimento rural: a construção de mercados institucionais para a agricultura familiar no Brasil. Em termos conceituais restritos não se trataria de algo novo ao considerar que todos os mercados estão imersos em regras, normas e estruturas de governança, ou seja, os mercados são permeados por instituições (PLOEG, 2011; NIEDERLE, 2011; NEE e INGRAM, 1998 apud GRISA e SCHIMITT, 2013, p. 232).

O PAA articula compras governamentais de produtos da agricultura familiar com o atendimento socioassistencial a pessoas em situação de vulnerabilidade social e nutricional. Por isso tem sua gestão compartilhada entre Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e o Ministério do Desenvolvimento Social – MDS. Através de chamada pública regulada por tabela de preços da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB.

O PNAE remonta ao ano de 1979, embora já em 1955 iniciara-se a Campanha da Merenda Escolar. Mas foi somente em 2009, com a Lei n. 11.947 de 16 de junho, que o governo federal ampliou a alimentação escolar para o ensino médio e alfabetização de jovens e adultos e estabeleceu um “elo institucional entre a alimentação oferecida nas escolas públicas e a agricultura familiar local ou regional, mediada pela valorização da diversidade de hábitos alimentares.” (MALUF, 2009, p. 1). A partir dessa data, no mínimo 30% dos recursos totais repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para as secretarias estaduais de educação, prefeituras e escolas federais de educação “deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas” (BRASIL, Presidência da República, 2009).

Mercado da Agricultura Familiar de Ivaiporã

Ivaiporã é município polo do Vale do Ivaí, no centro do Paraná. A cafeicultura expandida a partir de Londrina alcançou ali sua fronteira sul nos idos de 1950, quando buscava-se o último “litro” de terra roxa para o plantio do “ouro verde”. Nortistas vindos do norte do Paraná, de São Paulo, Minas Gerais e outros estados do nordeste do país, encontraram-se com sulistas, descendentes de ucranianos, alemães, italianos, que vieram de Santa Catarina. Entre forrós e vanerões desenvolveu-se uma agricultura que consorciava às lavouras de café, o milho, o feijão, o arroz, a mamona e uma grande diversidade de outras culturas. Ao município foram atribuídos títulos como o de Capital do Milho ou de Celeiro do Brasil. O Eldorado Ivaiporaense, com uma próspera rede de comércio e de serviços voltados às atividades agropecuárias, continuou progredindo até a grande geada de 1975, quando a partir de então o êxodo rural tornou-se imperativo. De um projeto de colonização originalmente fundado em minifúndios, as terras foram concentradas rapidamente, em sintonia com os tempos de Revolução Verde e modernização agrícola.

Uma categoria social se sobrepôs econômica e politicamente nos tempos de prosperidade da agricultura familiar em Ivaiporã. Eram os cerealistas, donos de armazéns

que bancavam créditos e garantiam a compra da produção daquela imensidão de pequenos proprietários e arrendatários rurais.

O experimentalismo de políticas agrícolas equivocadas, a má conservação de estradas rurais e dificuldade de acesso dos agricultores aos serviços públicos de saúde e educação oferecidos na cidade, foram esgotando o espaço rural de Ivaiporã e dos municípios de sua órbita regional.

A experiência da Cooperativa Agrícola do Vale do Ivaí – COPIVA nas décadas de 1970-80 foi alentadora para os agricultores familiares que persistiam com suas roças. Todavia, escândalos de corrupção, aniquilaram não apenas o patrimônio dos cooperados, mas também valores associativos, cooperativos e de solidariedade. Quando as estruturas da velha COPIVA foram negociadas e assumidas pela Cooperativa de Campo Mourão – COAMO já em meados da década de 90, muitos ainda tratavam com desconfiança o cooperativismo e outros temiam que a entrada da cooperativa “de fora” seria o golpe fatal para o desenvolvimento local.

Como resposta à desesperança ganhou força uma velha idéia que Ivaiporã, por seu potencial produtivo e por sua posição geográfica no centro do estado, deveria lutar para conquistar uma unidade das Centrais de Abastecimento do Paraná S/A – CEASA. Esta bandeira se deve em grande medida à liderança política de Orlando Pessuti, médico veterinário da antiga Café do Paraná, que elegeu-se Deputado Estadual em 1982, reelegendo-se outras quatro vezes para o cargo, elegendo-se Vice-Governador em 2002 e 2006, tendo acumulado no primeiro mandato a Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento – SEAB. Neste período chegou a desenvolver o projeto da CEASA com uma proposta inovadora de ser uma unidade destinada a produtos agroecológicos. A unidade começou a ser construída no ano de 2006, mas a obra acabou abandonada.

Em 2011, já no Governo Beto Richa, ouviu-se em audiência com a direção da CEASA que não havia mais interesse na retomada do projeto por várias razões. Primeiro porque a CEASA está reestruturando completamente sua lógica de grandes centrais de abastecimento em função das grandes mudanças no mundo da logística. Segundo porque não há produção de hortifrutigranjeiros na região de Ivaiporã que justifiquem os investimentos, muito menos de produção agroecológica com se previra inicialmente.

Terceiro porque a obra foi locada nas antigas instalações do extinto Instituto Brasileiro do Café – IBC, em bairro distante da rodovia, inadequada na perspectiva logística.

Como estava frustrada então a expectativa prolongada de se ter uma unidade das CEASA em Ivaiporã, abriam-se as condições políticas locais para se buscar uma nova proposta de estrutura de comercialização para produtos da agricultura familiar de Ivaiporã. Mas outra condição convergiu para a apresentação da proposta do Mercado da Agricultura Familiar de Ivaiporã, justamente a necessidade de acomodar as demandas geradas no âmbito local para a operacionalização do PAA e PNAE.

Havia uma reivindicação persistente dos agricultores participantes dos programas, reforçada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ivaiporã – STRI e pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – CMDR para as entregas dos produtos ocorressem em um local específico. Vários agricultores já haviam desistido de participar dos programas pelo caráter antieconômico de se entregar pequenos lotes de produtos em diferentes entidades beneficiárias. Imagine-se um agricultor deslocando-se para entregar três maços de alface e dois de couve em uma escola e repetindo isso em outras escolas, no asilo, na APAE. Quanto mais entidades maior custo com logística e comprometimento de sua renda.

O propósito de se absorver os produtos do PAA e PNAE no local tradicionalmente utilizado como depósito e central de distribuição da merenda escolar encontrou frontal resistência de sua gestora, nutricionista efetiva da prefeitura municipal. Argumentava não haver mais espaço no local onde se acondicionava a merenda das escolas municipais e das escolas estaduais do Núcleo Regional de Ensino - NRE da Secretaria de Estado da Educação – SEED. Nos debates, a profissional também ponderava sobre as dificuldades de se trabalhar com os produtos da agricultura familiar comparativamente aos produtos industrializados da merenda escolar, em função da perecibilidade e da falta de padrão. Relatava inclusive reclamações das merendeiras quanto a dificuldades na manipulação de tais produtos, em geral sem padronização e classificação.

Apesar das dificuldades o Compra Direta do PAA evoluía. Mas a maior evolução se deu com o PNAE, em função da implantação do Tempo Integral em sete das dez escolas municipais, bem como o aumento expressivo do número de vagas da educação infantil.

Como o argumento da falta de espaço mostrou-se insuperável, a Secretaria Municipal de Agricultura em parceria com o CMDR, STRI e CRESOL, EMATER e

SEBRAE, começou a buscar um espaço no centro da cidade a ser locado pela administração pública municipal, para a instalação de uma central de abastecimento para os produtos do PAA e PNAE e que poderia também funcionar como uma espécie de sacolão, ou seja, uma oportunidade de comércio varejista para os agricultores familiares de Ivaiporã venderem seus produtos diretamente aos consumidores locais.

“O Estado tem papel decisivo no desenvolvimento dos circuitos curtos e pode ajudar na implementação e fortalecimento de redes de comercialização, bem como promover e ampliar o mercado institucional (merenda escolar, compra antecipada para programas sociais). As ações devem ser direcionadas para superar problemas de reduzido volume de produção; pouca diversidade e regularidade na oferta de produtos ecológicos; desarticulação entre oferta e demanda; problemas de infraestrutura e logística; bem como campanhas com informação qualificada de alimentos orgânicos aos consumidores. Para tanto, os desafios passam pela criação de estruturas de apoio à produção, distribuição e comercialização, com suporte institucional e financeiro, especialmente nos casos que envolvem grupos organizados de produtores familiares, na fase inicial do processo de transição agroecológica (DAROLT, 2013, p. 165).

Assim, a administração pública municipal, no desafio de organizar a logística do mercado institucional das compras governamentais do PAA e do PNAE, acabou por criar o Mercado da Agricultura Familiar de Ivaiporã, para atender as compras públicas e as compras privadas dos consumidores ivaiporaenses.

Um espaço foi locado na praça da “Igreja Matriz” com facilidades para estacionamento dos consumidores. E próximo da Secretaria Municipal de Educação e da central logística dos demais produtos da merenda escolar, o que acabou facilitando o conjunto da distribuição para as escolas. Os agricultores passaram a fazer todas as entregas de seus produtos para as compras públicas no Mercado. O veículo da merenda escolar já chega no Mercado carregado com os produtos industrializados que ainda são adquiridos de forma convencional, carrega os produtos do PNAE já segregados para serem entregues em cada escola, e segue para a distribuição.

As iniciativas bem-sucedidas em circuitos curtos acontecem, normalmente,

em locais onde se verifica a formação de uma rede com estreita interação entre o poder público, entidades não governamentais, organizações de agricultores e participação de consumidores (DAROLT, 2013, p. 165).

Ao longo desse processo, criou-se a Associação dos Produtores do Mercado da Agricultura Familiar de Ivaiporã, até mesmo para institucionalizar com autorização legislativa a cessão de uso do imóvel locado, bem como a cessão de servidor público municipal para trabalhar no Mercado. Neste processo organizacional, a parceria das secretarias municipais de Agricultura e de Indústria, Comércio, Serviços e Turismo, CMDR, STRI, CREŞOL, EMATER e SEBRAE, foi determinante para que se superassem divisionismos políticos, limitações técnicas e a descrença do com o associativismo.

Criada inicialmente com 17 famílias, o que aliás determinou a opção por uma associação ao invés de uma cooperativa que exige um mínimo de 20 cooperados, em dois meses já outras oito famílias para ingressar e que, só não foram acolhidas em função de estratégia da organização que esperava uma consolidação inicial para só depois se pensar em expansão do quadro social. Com esse propósito, criaram inclusive uma joia a ser cobrada de novos membros no valor de um salário mínimo, que teria antes uma função de se medir o grau de comprometimento dos interessados em aderir ao empreendimento.

Se a compra cativa e planificada do PAA e do PNAE, bem como o apoio do município e de entidades, ofereceram segurança para os agricultores familiares libertarem-se dos traumas de experiências associativas passadas e empreenderem, já no dia da inauguração do Mercado e sua abertura para as compras privadas, os agricultores ficaram fascinados e convictos de que uma imensa janela de possibilidades se abrisse.

Um dilema inicial para as vendas de varejo e muito debatido pelos sócios, era justamente o fato de que mesmo juntos, não tinham a diversidade necessária de produtos para “satisfazer os clientes”. A decisão consensuada é de que os produtos procurados pelos consumidores e que não fossem produzidos pelo grupo, seriam adquiridos na CEASA de Londrina, para atender a demanda, mas com o compromisso que os sócios se planejavam para estudar o cultivo dessas espécies e passariam a produzi-las. Constata-se que o Mercado passava então a estimular a tão propalada diversificação agrícola, mas por demanda, oferecendo maior segurança de comercialização para o agricultor.

Este dilema e os debates que o cercaram, foram determinantes para firmar valores

entre os sócios quanto a razão social do Mercado da Agricultura Familiar. A extensionista da EMATER em princípio se opôs à proposição dizendo que a importação de produtos da CEASA comprometeria o caráter de agricultura familiar do Mercado.

De fato, este dilema estava imbricado em outro, ainda mais emblemático, que foi justamente a oposição dos proprietários de sacolões do município e de supermercados e suas feirinhas. O proprietário de dois dos cinco sacolões existentes prosperara como atacadista e possuía também três caminhões que faziam diariamente a rota para a CEASA de Londrina buscando produtos para atenderem seus sacolões e vários outros da região.

Quando um agricultor chegava com uma fruta de estação que estava “perdendo no pé”, ofertando nesses sacolões, ouvia coisas como: “não me interessa, eu já trago de Londrina, já tenho minha programação de compras, trago tudo de lá.” O sentimento de humilhação dos agricultores é que os fizeram esperar por mais de duas décadas a promessa de uma unidade da CEASA para Ivaiporã. Quando começou a funcionar o Mercado da Agricultura e assistiu-se a uma sensível queda nos preços dos hortifrutigranjeiros na cidade, precipitou a consciência de produtores e consumidores da importância do circuito curto de comercialização. Nas reuniões semanais nas noites de sábado no Mercado com todos os sócios e filhos, outras constatações vão se dando em debates sobre questões práticas como gestão e contabilidade da associação, planos de investimentos, mas também sobre questões mais abrangentes como conservação de estradas rurais e demais políticas públicas, produção agroecológica, desenvolvimento local e articulação a lutas sindicais e políticas.

Este artigo deteve-se a uma contextualização teórica e uma descrição histórica e panorâmica do surgimento do Mercado Municipal da Agricultura Familiar de Ivaiporã a partir da demanda prática do poder público municipal em organizar o mercado institucional de compras públicas. Outros estudos poderão constatar e detalhar o sucesso evidente desta experiência organizacional de circuito curto de comercialização dos produtos da agricultura familiar local. Estes estudos podem inclusive contribuir para o desenvolvimento da associação que anseia tornar-se cooperativa e alçar voos maiores no campo da agroindustrialização e ampliação das vendas institucionais. Mas podem também servir como modelo a ser replicado em municípios com características semelhantes a Ivaiporã.

Bibliografia

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, Resolução FNDE/CD n. 32 de 10 de agosto de 2006. Estabelece as normas para a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. 2006.

BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Decreto n. 7775 de 4 de julho de 2012. Regulamento o art. 19 da Lei n. 10696 de 2 de julho de 2003, que institui o Programa Aquisição de Alimentos, e o Capítulo III da Lei n. 12512 de 14 de outubro de 2011 e dá outras providências. 2012.

BRAUNDENBURG, A.; PICOLOTTO, E. L. Sindicalismo da agricultura familiar, modelos de desenvolvimento e o tema ambiental. In: NIEDERLE, P. A.; ALMEIDA, L.; VEZZANI, F. M. (Org.). *Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura*. Curitiba: Kairós, 2013.

DAROLT, M. R. Circuitos curtos de comercialização de alimentos ecológicos: reconectando produtores e consumidores. In: NIEDERLE, P. A.; ALMEIDA, L.; VEZZANI, F. M. (Org.). *Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura*. Curitiba: Kairós, 2013.

NIEDERLE, P. A.; ALMEIDA, L. A nova arquitetura dos mercados para produtos orgânicos: o debate da convencionalização. In: NIEDERLE, P. A.; ALMEIDA, L.; VEZZANI, F. M. (Org.). *Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura*. Curitiba: Kairós, 2013.

PETERSEN, P. Agroecologia e a superação do paradigma da modernização. In: NIEDERLE, P. A.; ALMEIDA, L.; VEZZANI, F. M. (Org.). *Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura*. Curitiba: Kairós, 2013.